

Fascismo de esquerda? Sobre a necessidade de revisão conceitual de um termo perigoso*

JOÃO FÁBIO BERTONHA**

Resumo

O objetivo desse artigo é investigar a possibilidade teórica e política da existência de um "fascismo de esquerda". O foco central é discutir o posicionamento, recorrente na mídia, de que o fascismo não seria exclusivo da família política da direita ou, de forma ainda mais radical, que ele seria exclusivo da família política da esquerda. A possibilidade desse raciocínio e a conceituação precisa do fenômeno fascista são, pois, a base do presente texto.

Palavras-chave: Fascismo; Direita; Esquerda; Ideologias; Política; História.

* Gostaria de agradecer a leitura do colega Raymundo de Lima, com o qual tenho o privilégio de dialogar nesse texto. Desde já, aliás, quero deixar claro que, nesse artigo, ele e suas reflexões foram colocadas lado a lado com as de autores da direita nacional apenas para fins de discussão, o que não significa, de alguma forma, igualá-los política ou teoricamente.



** **JOÃO FÁBIO BERTONHA** é Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, com pós doutorados pela Università di Roma (2010-2011) e pela USP (2012). É professor de História (graduação e Mestrado) na Universidade Estadual de Maringá/PR.

Mesmo estando a estudar o fenômeno fascista há muitos anos, não tinha ainda me animado a escrever sobre a possibilidade da existência de um “fascismo de esquerda”. Dois acontecimentos recentes fizeram-me ver, contudo, a imperativa necessidade de abordar o tema. O primeiro deles foi a publicação, nesse mesmo espaço, de um artigo que apresenta algumas reflexões a respeito (Lima, 2013). Tal artigo classifica-se como uma reflexão séria e respeitável sobre o tópico, um exercício intelectual de um autor preocupado com a temática, e com o qual me sinto feliz em dialogar, ainda que discorde de suas conclusões.

Muito mais importante na minha decisão, contudo, foi a crescente utilização do termo “fascismo de esquerda” por parte da direita nacional. Não é nenhuma novidade a associação do fascismo com a esquerda tanto na Academia como no debate político, mas, quando da visita da blogueira cubana Yoani Sanchez ao Brasil, em fevereiro de 2013, tal associação só aumentou. Dadas às manifestações de pequenos grupos de esquerda contra a sua presença no Brasil (manifestações essas, aliás, que só posso repudiar, pois foram antidemocráticas e procuraram impedir o debate das ideias), a direita, especialmente nas redes sociais, começou a acusar a esquerda brasileira como um todo de fascista. Como a associação com o fascismo tem um impacto político relevante na opinião pública, discutir a sua realidade passa a ser um dever para intelectuais públicos e para os especialistas no tema. A primeira tarefa, portanto, é entender a argumentação dos que defendem essa posição.

No caso do artigo de Raymundo de Lima, há toda uma reflexão, baseada em Umberto Eco (e também em Habermas),

sobre o “ser fascista”. Nesse contexto, o fascismo é identificado como “um estilo de ser truculento tanto em atos como na imposição de suas ideias. Portanto, o fascismo além de difuso, é complexo e esquivo: tanto pode tender para a direita como para a esquerda na sociedade atual” (p. 69).

A partir daí, o autor acaba por aproximar o fascismo da esquerda também pelo viés do totalitarismo, ou seja, “o uso da violência para conseguir realizar projetos antidemocráticos ou totalitaristas pode ser considerado fascista à direita ou à esquerda” (p.72). O fascismo (ou profascismo, ou potencial fascista) acaba por ser localizado, assim, no primeiro bolchevismo, na Revolução Chinesa, nos fundamentalismos religiosos (ao menos em parte) ou no movimento estudantil contemporâneo, cujas ações seriam, muitas vezes, acompanhadas por truculência, intimidação e incapacidade de aceitar o debate e a multiplicidade de opiniões.

Tais reflexões são consistentes com outras preocupações do autor, o qual, em outros textos (Lima, 2001, 2006, 2007 e outros), tem se preocupado com o difundir-se do fanatismo, da intolerância e do irracionalismo na sociedade atual. Ele também tem se dedicado a levar a discussão para dentro de eventos aparentemente cotidianos, como o trote universitário ou a economia política das Universidades.

Difícil não concordar com as reflexões de Raymundo Lima. Sentimentos de intolerância e agressividade e esforços para vencer o debate de ideias pela intimidação e ataque ao outro são, realmente, mais comuns do que gostaríamos de acreditar. Basta ver o ódio que surge quando certos temas mais controversos – ateísmo, uso de drogas, posse de armas, etc. – são

abordados e a internet acaba por ser veículo privilegiado desse ódio. Do mesmo modo, dentro da Universidade, o politicamente correto acaba por dificultar o livre debate de ideias e o “pensamento único” ou a intimidação são atitudes a lamentar.

Ressalte-se, contudo, que, ao menos no Brasil, esse cerceamento de liberdades pelo politicamente correto é bem menos dramático do que a imprensa ou autores da direita (cf. Pondè, 2012) querem nos fazer acreditar e que a sutil fronteira entre o debate livre e o escárnio ou agressão velada também deva ser considerada. De qualquer modo, as críticas de Lima e de outros autores são corretas e as compartilho, mas o grande problema surge quando se quer reduzir todos esses sentimentos e ações a “fascismo”.

Tal posição não é nova dentro da historiografia¹, como veremos abaixo, mas ela mais confunde do que esclarece. Realmente, ao confundir práticas antidemocráticas, violentas e intimidadoras com o fascismo, perde-se a distinção entre *método* e *objetivo*. Todo fascista é, por definição, incapaz de conviver com o debate, o respeito pelo outro e a prática pacífica da discordância e da divergência, mas nem toda pessoa ou grupo que tem essa incapacidade é fascista. Fundamentalistas islâmicos ou cristãos, grupos ultraconservadores como a TFP ou a Opus Dei ou outros afins podem ter pontos de afinidade com os fascismos, mas a simples recusa da democracia não os faz fascistas.

¹ Ver, por exemplo, o clássico de Sternhell (1978) ou o recente de Paxton (2007), nos quais está expressa a ideia de que o fascismo é uma forma de comportamento político radical, não necessariamente de esquerda ou de direita, mas essencialmente antidemocrático.

Em outras palavras, não é possível ser fascista sem ser intolerante, fanático, irracional, mas o inverso não é verdadeiro. Fanáticos religiosos ou a extrema direita dos Estados Unidos compartilham, com certeza, modos de entender o mundo semelhantes aos dos fascistas, mas não creio que, apenas por isso, possam ser chamados de fascistas ou profascistas, como fez o próprio Lima (2003).

É realmente preciso ter cuidado para que o termo fascismo não seja tão ampliado a ponto que não signifique mais nada, até para que não nos tornemos incapazes de identificá-lo realmente quando ele se manifestar. Se tudo é fascismo ou profascismo, então fascismo se torna sinônimo de intolerância e fanatismo e, como conceito, deixa de existir.

Realmente, o termo “fascista” tornou-se, em vários círculos políticos e intelectuais, mais do que um conceito, um adjetivo. Dessa forma, a militância de esquerda tende a chamar todos os que estão no campo da direita (sejam liberais, conservadores, reacionários, religiosos ou outros) de “fascistas”, o que tem impacto político, mas que, na realidade, mascara a realidade. Afinal, se Francisco Franco, Salazar, Costa e Silva, Milton Friedman ou Olavo de Carvalho são todos fascistas, como entender as diferenças entre eles e com relação a fascistas reais, como Hitler, Mussolini ou Mosley? Essa generalização do termo – o que não significa dizer que as possíveis aproximações e simpatias com o fascismo, ou com aspectos dele, não possam ser identificadas e criticadas – empobrece a discussão e nos impede de ter uma visão mais completa do real (Bertonha, 2004, 2011).

Em outros foros e na batalha política do dia a dia, tal reducionismo (fascismo =

práticas autoritárias ou totalitárias) reaparece, mas ainda mais exacerbado. Se a proposta acima mencionada unifica, de forma errônea, fascismo e sentimentos antidemocráticos e, portanto, abre a possibilidade de existir um “fascismo de esquerda” ao lado do “fascismo de direita”, essa outra acaba por indicar que não apenas o fascismo é sinônimo de autoritarismo ou mesmo totalitarismo, como que ele só pode surgir na família política da esquerda.

Reinaldo Azevedo, por exemplo, sempre utiliza, no seu blog, a expressão “fascismo de esquerda” para se referir ao PT ou ao que ele imagina ser o domínio do pensamento esquerdista nas Universidades e no país. Já Rodrigo Constantino (2013) afirma que o fascismo já estaria se implantando na Venezuela e na Argentina e que estaria há um passo de sê-lo no Brasil. Outros autores, sempre na internet, afirmam que é absurdo associar fascismo à direita e que esse é uma manifestação da esquerda. No raciocínio deles, em resumo, todo autoritarismo ou prática autoritária é sinônimo de fascismo e esse é uma emanção da esquerda. Sendo assim, um novo Hitler, vermelho, estaria pronto a nos conquistar salvo se as “pessoas de bem” começassem a agir contra isso, de preferência lendo a *Veja* e votando na oposição antipetista.

Do mesmo modo, a militância da direita atende a identificar a esquerda contemporânea e, no caso do Brasil, o governo do Partido dos Trabalhadores como uma mistura no mínimo curiosa de Hitler e Stalin. O governo petista é ora avaliado como uma continuidade do bolchevismo ou do regime de Stalin (sendo que valeria a pena alguém estudar, por exemplo, o número de resenhas publicadas na revista “*Veja*” sobre o regime estalinista que acabam por ser utilizadas para criticar o PT), ora

como uma emanção fascista. Hitler, Mussolini, Stalin e Mao Tsé Tung seriam todos emanções da esquerda, indicando, mais uma vez, a absoluta necessidade de combater o “Foro de São Paulo” (entidade, na verdade, praticamente inexistente) e de tirar a esquerda do poder, no Brasil e no mundo.

Não há aqui uma reflexão teórica profunda, sendo que o que está presente é um esforço eminentemente político e propagandístico para ligar a imagem do governo petista a ditaduras extremamente cruéis e, dessa forma, alertar o povo brasileiro para os riscos que a democracia brasileira estaria a sofrer. Essa visão não tem, evidentemente, nenhuma base concreta e uma pessoa que tenha vivido os horrores do nazismo ou do regime estalinista com certeza se espantaria ao ver a comparação de um regime eminentemente democrático, como o brasileiro pós-1985, com tais ditaduras. O uso da bandeira do risco à democracia quando se discute a lei da mídia, por exemplo, é, em essência, apenas isso, uma bandeira vazia brandida com fins específicos.

Em última instância, contudo, essa direita também está manifestando sua visão da sociedade, liberal. Lá no fundo, o que está sendo apresentado é uma versão da História na qual se diz que apenas a parte mais esclarecida da sociedade, a detentora de recursos intelectuais e, acima de tudo, financeiros, deve governá-la. Todas as vezes que os instintos ou as vontades populares não foram controlados por essa elite, surgiram os horrores dos regimes ditatoriais, como o nazismo, o stalinismo e ainda o populismo, com todos os seus perigos. Sem a elite ilustrada no comando e com a esquerda no poder, ditaduras e todos os seus

horrores seriam inevitáveis, pelo que seria fundamental agir. Direita = liberdade, esse é o raciocínio que surge nesse discurso.

O grande problema nesse raciocínio é como encaixar as ditaduras que surgiram a partir da perspectiva da direita, como a maioria das do século XX e também as fascistas. Os mecanismos discursivos daí avançam em duas direções. Um é afirmar que todas as vezes que a direita teve que renunciar à democracia liberal, o fez obrigada pela ação da esquerda, numa reação não desejada. Tal interpretação está presente na historiografia mundial (como em Ernest Nolte [1987], que afirmava que o nazismo era mera reação ao bolchevismo) e também na nacional, quando identifica, por exemplo, 1964 como reação a uma suposta agitação de esquerda que levaria a um Estado comunista.

Tal visão não está isenta de verdade em alguns casos, já que, na democracia burguesa, existe um limite claro até onde a mudança de poder pelo voto pode ir, ou seja, a manutenção justamente da ordem burguesa. Se esse limite for ultrapassado, a própria lógica da democracia liberal afirma que o “pecador” deve ser removido para que o sistema volte ao seu normal.

Não obstante, isso não significa afirmar, de forma alguma, que a direita sempre se voltou ao autoritarismo como reação a uma ofensiva da esquerda contra a democracia liberal. Muitas vezes, o recurso ao autoritarismo veio simplesmente por uma incapacidade da direita liberal em aceitar demandas que considerava inaceitáveis (como direitos sociais ou a melhor distribuição das riquezas) ou por considerarem que o autoritarismo seria mais conveniente aos seus interesses naquele momento. A direita não se dirigiu tantas vezes ao

autoritarismo como forma de preservar a ordem democrática, mas porque considerou que seus interesses estavam sendo ameaçados e que a democracia era um obstáculo a sua defesa. Não é verdade, pois, que todas as esquerdas têm um gene antidemocrático e todas as direitas estão imunes a ele.

Outra maneira de fazer essa associação do fascismo com a esquerda é fazer um reducionismo da definição de direita de modo que ela se restrinja à democracia liberal, defesa do livre mercado, privatização, etc. Tudo o que se oporia a isso seria, nessa perspectiva, de esquerda, socialista e autoritário.

Para entender esse discurso, basta analisar um livro bastante citado pela mídia da direita liberal, ou seja, o do neoconservador americano Jonah Goldberg (2009). Ele proclama que o moderno liberalismo (que, no léxico americano, significa a esquerda progressista) compartilha raízes com o fascismo e que, portanto, Obama ou Hilary Clinton seriam herdeiros de Mussolini e Hitler. Para ele, a esquerda americana sempre utilizou práticas fascistas e qualquer desvio, por menor que seja, do liberalismo é estigmatizado como fascismo. Portanto, viveríamos numa era sob uma ameaça da esquerda fascista e a volta ao conservadorismo é a única resposta. Espanta esse livro ter sido publicado quando Barack Obama se encaminhava para vencer as eleições nos EUA e que, no Brasil, só tenha recebido alguma atenção na revista *Veja*?

A confusão conceitual é total e só mesmo fazendo analogias sem sentido ou reduzindo quaisquer movimentos que tenham base popular ou uma liderança carismática a fascismo que é possível defender essa teoria. Dessa forma, Hitler, Mussolini, Hugo Chávez, Franklin Roosevelt, François Hollande,

Obama e outros são todos fascistas e nada mais restaria aos democratas do mundo do que cerrar fileiras em torno do Partido Republicano, do PSDB e seus assemelhados.

As analogias quase infantis utilizadas pelo autor são, na verdade, bastante utilizadas nas mídias sociais para comprovar a filiação de esquerda do fascismo, mas não resistem a uma análise mais profunda. Incluem-se aí os que ressaltam que o nazismo se chamava nacional-socialismo (sem se levar em conta que a soma das duas palavras, aqui, sugere exatamente uma oposição ao socialismo marxista) ou que ele utilizava a cor vermelha nos seus símbolos, esquecendo que Hitler afirmou, no próprio *Mein Kampf*, que “roubar” a cor vermelha, tão efetiva na propaganda, dos seus inimigos era chave para a competição com o comunismo alemão. Também é comum recordar o passado socialista de Mussolini ou de outros líderes fascistas, mas abstraindo o fato que eles renegaram esse passado (reelaborando-o) e literalmente mudaram de lado.

O essencial do discurso desse livro e dessa corrente, contudo, é realmente o reducionismo das características da direita e da esquerda, levando o ponto de diferenciação entre elas para os temas da democracia, do liberalismo e do livre mercado. Defensores intransigentes desses pontos seriam a direita e a negação deles seria a esquerda. Já que o totalitarismo fascista é essencialmente antiliberal em todos os sentidos (negação da democracia liberal e do livre mercado como condutor da vida econômica e social), fica aparentemente fácil fazer essa correlação.

O problema é que isso não é verdade e que direita e esquerda só podem ser trabalhados e compreendidos dentro de

contextos históricos delimitados, ainda que a perspectiva filosófica que as distingue seja permanente. Conforme bem trabalhado por Norberto Bobbio (1995), o critério básico para distinguir a direita da esquerda, enquanto perspectivas filosóficas, é a questão da igualdade e sua valoração. A esquerda teria sido sempre aquela mais voltada à promoção da igualdade, enquanto a direita seria a defensora da hierarquia e da desigualdade. Seria através de outras dicotomias (moderação/radicalismo; aceitação ou não da democracia) que o pensamento da direita e da esquerda se aproximariam ou se diferenciariam, mas sempre separados pelo divisor de águas chave da igualdade.

Essa distinção entre o permanente e o mutável e o estrutural e o conjuntural permite que entendamos como os conceitos de esquerda e direita podem continuar válidos mesmo depois de mais de 200 anos de sua criação: ao mesmo tempo em que as bandeiras de lado a lado mudam continuamente conforme a época e conforme o país, uma sutil linha filosófica mantém a união entre elas. Nesse sentido, concordo com Marco Revelli (1996), quando este resalta que direita e esquerda não são conceitos absolutos, mas lugares do “espaço político”. Não seriam palavras que designariam conteúdos fixados para sempre, mas rótulos para conteúdos que variariam com o tempo e as situações e em relação um ao outro.

Assim, o fato de o nazismo, por exemplo, ter um viés estatizante e ser uma ditadura com perspectivas totalitárias não o retira do campo da direita, já que ele utilizava os recursos do Estado numa perspectiva antiliberal, mas procurando construir uma sociedade onde a desigualdade entre os seres humanos e seus correlatos

(hierarquia, ordem, etc.) seria levada ao limite. Já no caso do regime comunista, os mesmos instrumentos eram utilizados para construir a utopia da igualdade total, mesmo que, na prática, isso não tenha ocorrido.

Nesse ponto, aliás, ficam evidentes os limites e as vantagens do velho conceito de totalitarismo. Criado essencialmente nos anos da Guerra Fria, especialmente através dos trabalhos de Hannah Arendt (2013), tal conceito foi muito atacado por ter um viés político evidente, já que aproximava, do ponto de vista dos Estados Unidos, o inimigo derrotado, o II Reich, com o a derrotar, a URSS. Ele também foi criticado teoricamente, pois afirmava a existência real do totalitarismo nesses países quando, na prática, isso não aconteceu (já que a sociedade não foi realmente obliterada pelo Estado) e unificava dois sistemas, o comunista e o soviético, sem levar em conta os diferenciais entre eles, especialmente no campo da utopia perseguida.

Creio, contudo, que o conceito é útil se pensarmos no campo das perspectivas. Nazistas (e fascistas em geral) e estalinistas (e seus imitadores) construíram dois Estados que não eram totalitários, mas que tinham a perspectiva de sê-lo, pelo que a classificação deles como tal talvez não seja absurda e permita distingui-los de outros movimentos e regimes, autoritários ou democráticos. Por outro lado, o fato de eles terem ambições totalitárias e instrumentos de ação no mínimo semelhantes não faz, deles, equivalentes, pois os dois projetos de sociedade não eram iguais. Assim, ainda que eles tenham pontos de concordância quanto ao método, o fascismo e o comunismo não são equivalentes e representam, apenas, a

vertente totalitária das famílias da esquerda e da direita.

Desde 1789, assim, surgiram direitas e esquerdas radicais e moderadas, democráticas e antidemocráticas, estatizantes ou liberalizantes, etc. Tais direitas e esquerdas, muitas vezes, competiram, inclusive, entre si, o que explica muitas das alianças, aproximações, divergências e separações no decorrer da história política dos vários países do Ocidente. Não se sustenta, pois, a afirmação de que não exista uma perspectiva antidemocrática na direita e democrática na esquerda e vice versa. Tanto na esquerda como na direita podem surgir os horrores do totalitarismo ou das ditaduras em geral, pois a dicotomia “democracia ou ditadura” está em um plano diferente da de “direita ou esquerda”, sendo várias as combinações possíveis.

Fascismo, pois, é algo muito mais específico, ainda que haja variações de um para outro movimento e, especialmente, como seria inevitável, entre os fascistas dos anos 1930 e os do mundo atual (Bertonha, 2012). É um regime ou movimento fortemente anticomunista, antissocialista e antidemocrático que propõe a substituição da ordem democrática burguesa e do liberalismo político e econômico por uma nova. Nessa nova realidade, haveria um Estado orgânico, hierárquico, baseado numa liderança carismática e num partido único que serviria para a transmissão de uma ideologia específica, mobilizando a sociedade. Um partido único, aliás, que iria além de uma simples negação de outros ou de uma estrutura amorfa para acomodar interesses, mas uma real máquina de mobilização popular e transmissão ideológica.

O fascismo também seria, ao contrário dos reacionários ou conservadores, um movimento moderno, no sentido de não propor uma volta ao passado, mas um futuro diferente. Ele é, aliás, tão moderno e adaptado ao mundo democrático (ainda que o negasse) que proclama a necessidade da mobilização contínua das multidões e utiliza uma política deliberada de ódio ao “outro” (judeu, comunista, imigrante, gay, etc.) para garantir essa mobilização.

Ele não rompe, contudo, com a ordem capitalista e suas bases ideológicas, ao final, são as da direita: ordem, hierarquia, desigualdade como valor. Mesmo sendo uma direita radicalizada, não deixa de pertencer a essa família. Aproximações entre os radicalismos da direita e da esquerda podem e devem ser feitos, mas a construção de um conceito de “fascismo de esquerda” apenas confunde as coisas e isso não é, na maior parte das vezes, por acaso.

Para concluir, é relevante recordar que Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho e outros autores afins são especialistas em atacar o adversário com sarcasmo, insultos e todo tipo de agressão visando à intimidação, sendo, portanto, no mínimo irônico vê-los como defensores da mentalidade democrática. Eles não se tornam fascistas por causa disso, mas que sua defesa do pluralismo democrático é, na verdade, uma desculpa para agirem com a truculência antidemocrática compartilhada pelos fascistas, é um fato.

Referências

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BERTONHA, João Fábio. “Integralistas e pesquisadores do Integralismo: o embate entre História e Memória” in Dotta, Renato Alencar et al. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004, 155-166.

-----, “Plínio Salgado, os integralistas e o regime militar. Os herdeiros do fascismo no regime dos generais (1964-1975)”. *História e Perspectivas*. V. 23, n. 44: 427-449, 2011.

-----, “Fascismo. Um risco real para o mundo de hoje?”. *Espaço Acadêmico*, n. 137: 106-109, Maringá, 2012.

CONSTANTINO, Rodrigo. “A ameaça fascista”. *O Globo*, 19/2/2013.

GOLDBERG, Jonah. *Fascismo de esquerda – A História secreta do esquerdismo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LIMA, Raimundo de. [“A ascensão do irracional”](#). *Espaço Acadêmico*, n. 6, novembro/2001.

-----, [“A invasão anglo-americana e o nazi-fascismo: algumas semelhanças”](#). *Espaço Acadêmico*, n. 23, abril/2003.

-----, [“A Onda e o irracionalismo dos grupos – Comentário sobre o filme A Onda”](#). *Espaço Acadêmico*, n. 65, outubro/2006.

-----, [“As “Chávez” do profascismo”](#). *Espaço Acadêmico*, n. 79, dezembro/2007.

-----, [“Existe ‘fascismo de esquerda’?”](#) *Espaço Acadêmico*, n. 113: 69-81, fevereiro/2013.

NOLTE, Ernest. *Der europäische Bürgerkrieg 1917-1945: Nationalsozialismus und Bolschewismus*. Berlin: Propyläen Verlag, 1987.

PAXTON, Robert. *A Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PONDÊ, Luís Felipe. *Guia politicamente incorreto da Filosofia*. São Paulo: Leya, 2012.

REVELLI, Marco. *Le Due Destre*. Milano: Bollati Boringhieri, 1996.

STERNHELL, Zeev. *La droite revolutionnaire – Les origines françaises du fascisme (1885-1914)*. Paris: Editions du Seuil, 1978.

Recebido em 2013-03-06

Publicado em 2013-03-11